CANA-DE-AÇÚCAR

A ATUAL POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA, PARA O AÇÚCAR, PRIVILEGIANDO CONTRATOS DE LONGO PRAZO, FOI RESPONSÁVEL PELO BOM DESEMPENHO DAS VENDAS DO PAÍS NO PRIMEIRO SEMESTRE. INTERNAMENTE, PORÉM, AS GEADAS DE MEADOS DO ANO E AS DIFICULDADES DO PROGRAMA DO ÁLCOOL PERMITEM ANTEVER ALGUNS PROBLEMAS, EM 1982.

Mercado Externo

As cotações do açúcar no mercado externo, no primeiro semestre deste ano, caminharam para um novo ciclo baixista. Este fato significou o rompimento de uma breve etapa de elevados preços do produto, ocorrida durante o ano passado. Embora a alternância de prolongados períodos depressivos com rápidas e bruscas recuperações venha caracterizando o mercado açucareiro, pode-se afirmar que a presente retração dos preços obedece não somente às leis de oferta e demanda globais do produto, como, também, está diretamente relacionada com o quadro atual de recessão da economia mundial e, mais especificamente, com o comportamento do mercado financeiro internacional. Assim sendo, vale observar tanto os chamados fatores fundamentais do mercado do açúcar como os fatores que, externos a este mercado, acabam influenciando decisivamente o seu desempenho.

A mais recente previsão da corretora F.O. Licht indica, para a safra 1981/82, uma considerável elevação da produção mundial, que poderá atingir até 92 milhões de toneladas, enquanto o consumo alcançaria 91 milhões de toneladas. Configura-se, assim, a superação da situação de escassez da oferta de açúcar, que perdurou durante as duas últimas temporadas. Este acentuado incremento da produção mundial é atribuído à recuperação de países produtores que sofreram, na safra passada, efeitos climáticos adversos, como a África do Sul, a Índia e o Peru, ou incidência de doenças, como foi o caso de Cuba, que, atualmente, anuncia estar controlando o problema da ferrugem em seus canaviais. Entretanto, o bom desempenho da safra de beterraba da Comunidade Econômica Européia parece constituir-se no principal elemento a credenciar uma previsão de superávit da oferta mundial de açúcar.

As excepcionais condições climáticas que prevaleceram até o momento, na Europa, permitem supor um aumento na produtividade agrícola em torno de 11%, comparado com o resultado obtido na última safra. Caso seja confirmada esta previsão, a CEE poderá dispor de um excedente exportável de até 5,5 milhões de toneladas de açúcar branco, o que significará um fator permanente de pressão baixista sobre os preços nos próximos meses.

Em contrapartida, alguns países, grandes produtores, enfrentarão dificuldades neste período.

A Austrália terá de erradicar parte de seus canaviais atingidos por pragas, bem como sentirá as conseqüências de greves que paralisaram todas as usinas no transcorrer da safra. As plantações de beterraba da URSS, por seu turno, sofrem os efeitos da atual onda de calor que castiga suas regiões produtoras de grãos. Contudo, a mais significativa frustração da atual safra deverá ficar por conta do Brasil. O prejuízo advindo das geadas ocorridas no final de julho em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, está estimado em aproximadamente 550 mil toneladas de açúcar. Embora o decréscimo da atual safra brasileira não represente mais do que 0,6% da produção mundial prevista para 1981/82, seus reflexos sobre o comportamento do mercado serão sentidos. A decisão, tomada pelo IAA, de suspensão de novos contratos de exportação de açúcar demerara adquire uma relativa importância, tendo em vista a posição de grande vendedor que o país ocupa no mercado. Cabe lembrar que a mesma medida foi tomada em outubro do ano passado, por ocasião do conflito entre o Irã e o Iraque, alçando os preços para sua mais elevada cotação dos últimos anos.

Quanto ao consumo mundial de açúcar, este deverá ter, em 1981, uma elevação de 2% a 3%, que não será suficiente para manter uma situação de equilíbrio diante do total ofertado. Tal incremento fica ainda na dependência do crescimento da oferta de sucedâneos do açúcar, entre os quais se destaca o xarope de milho. Porém, as importações de cereais da URSS e as baixas cotações do açúcar não indicam, para o atual momento, a possibilidade de um crescimento ponderável do consumo de xarope de milho em países como os Estados Unidos, Canadá e Japão, onde, até então, a oferta deste substituto do açúcar vinha-se ampliando.

Em face das perspectivas quanto à produção e consumo mundiais para este ano, torna-se possível prever uma ligeira elevação dos estoques internacionais. Na hipótese de um acréscimo de 1 milhão de toneladas nestes estoques, a relação estoques/consumo ficaria em torno de 27%, o que ainda representaria um baixo índice. Este fato desautoriza qualquer previsão acentuadamente pessimista sobre o mercado, embora a elevação do nível dos estoques aponte para uma tendência de decréscimo dos preços. No Quadro 1, apresenta-se a superposição de gráficos da relação estoque/consumo e da média anual de preços do açúcar demerara na bolsa de Nova Iorque, nos últimos sete anos. Observa-se que as duas curvas descrevem uma tendência inversa: quando a relação estoques/consumo cai, os preços se elevam e vice-versa. Isto permite supor o forte grau de influência que aquela relação exerce sobre os preços.

O Acordo Internacional do Açúcar, outrossim, parece não dispor, na conjuntura presente, de mecanismos reguladores capazes de inverter a tendência decrescente dos preços. A ausência da CEE entre os signatários do Convênio é decisiva para sua menor efetividade, principalmente diante dos excedentes exportáveis de que a Comunidade dispõe na atual temporada.

Contudo, as causas da queda das cotações do açúcar a partir de dezembro último, como já foi afirmado, não podem ser identificadas como reflexo exclusivo do equilíbrio entre a oferta e a demanda. Fatores externos ao mercado açucareiro, como o quadro de recessão da economia mundial e as elevadas taxas de juros que vêm prevalecendo no mercado financeiro internacional, desestimulam as pressões de compra no setor. Os países compradores procuram ou reduzir os estoques porventura existentes, ou limitar as aquisições do produto às necessidades imediatas de consumo. Por outro lado, os especuladores que estavam presentes no mercado de ***commodities*** buscam liquidar seus contratos,visando à aplicação de capitais no mercado financeiro, o que, evidentemente, colabora mais ainda para a derrubada de preços daqueles produtos.

Caso os fatores aqui enumerados permaneçam incidindo sobre o comércio internacional do açúcar, as tendências de recuperação do preço do produto ficam bastante reduzidas. Esta suposição baseia-se, ainda, no fato de que a atual estabilidade do preço do petróleo torna mais remota a possibilidade de que países que hoje desenvolvem programas alternativos de energia, através da utilização da cana-de-açúcar como matéria-prima para o álcool, venham a aumentar seu esforço de produção deste energético, em detrimento de suas quotas de produção de açúcar.

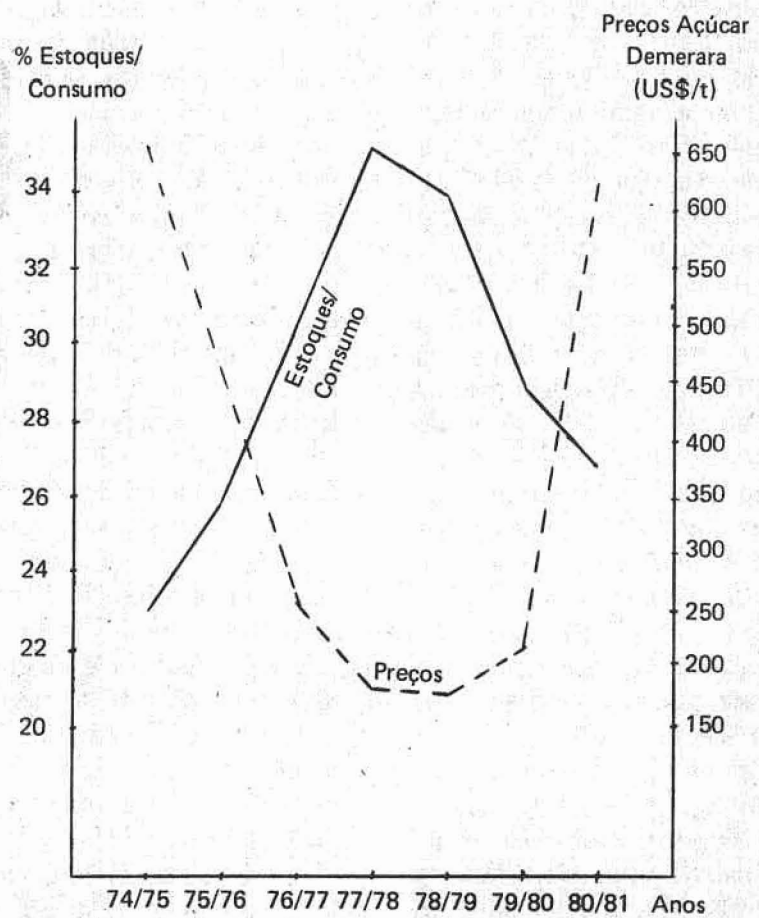
A persistência de baixos preços do açúcar, por outro lado, vem exigindo, de grande parte dos países produtores, a aplicação de uma generosa política de subsídios à produção. Um levantamento do Departamento de Agricultura norte-americano estima, para os Estados Unidos, um custo de produção

para o açúcar de beterraba de US$ 558/tonelada, e de US$ 529/tonelada para o açúcar de cana. O mesmo levantamento aponta um custo de US$ 450/tonelada para o açúcar de beterraba produzido pela CEE. Considerando-se que a cotação do produto na Bolsa de Nova Iorque apresentou um valor médio de US$ 360/tonelada nos dois últimos meses, torna-se evidente que os preços atuais mostram-se desestimulantes para a expansão da produção de açúcar, em uma série de países produtores.

No que diz respeito ao Brasil, a análise de sua participação no comércio internacional durante o primeiro semestre deste ano comprova um bom desempenho das exportações do produto. Com um volume total embarcado de 976.076 toneladas e recebendo em divisas US$ 515,89 milhões até o final do último mês de junho, o país obteve um preço médio de US$ 528,53/tonelada para seu açúcar exportado, ou seja 17% acima da cotação média da bolsa de Nova Iorque no mesmo período. O sucesso da atual política de exportação fundamenta-se em uma estratégia de comercialização que privilegia contratos de longo prazo. Pelos termos de alguns destes contratos, os preços de venda

GRÁFICO 1

AÇÚCAR: Relação entre Estoques e Consumo e Evolução das Cotações do Produto na Bolsa de Nova Iorque — 1974/75 a 1980/81 (% e US$/t)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: % Estoques/Consumo: F. O. Licht; Preços Açúcar Demerara: Statistical Bulletin - ISO.

são pré-fixados, o que, em uma conjuntura de declínio das cotações, acaba beneficiando o país vendedor.

O resultado final das exportações brasileiras para o corrente ano fica na dependência não somente do comportamento dos preços nos próximos meses, como também da possibilidade de o país negociar novas vendas do produto.

A suspensão de novas contratações de exportação do açúcar demerara não atinge os compromissos de vendas já assumidos, para entrega neste ano e em 1982. Entretanto, suspende a negociação de um determinado volume que ainda poderia ser ofertado. Assim sendo, as exportações deverão render ao país aproximadamente US$ 1 bilhão, resultado inferior ao registrado no ano passado, mas que pode ser considerado satisfatório, se considerada a conjuntura particularmente difícil, seja em termos das cotações do produto no mercado internacional, seja em razão dos problemas de oferta do produto.

As exportações de álcool, por sua vez, continuam sendo efetuadas como recurso para o escoamento da produção excedente do mercado interno. Constituindo-se em um mercado de dimensões restritas, o comércio externo do álcool passou a apresentar, a partir deste ano, uma nova limitação. Isto porque os Estados Unidos que, no ano passado, foram os principais importadores do produto brasileiro, ao adquirir 130 milhões de litros, tiveram suas compras desestimuladas pela fixação de uma sobretaxa aduaneira. Acrescente-se, ainda, que as cotações atuais do produto no mercado externo, em torno de US$ 58/barril, não se mostram atraentes, diante dos custos internos de produção e do frete. Diante disso, o IAA estabeleceu o preço mínimo para exportação em US$ 67/barril, valor de difícil obtenção no mercado internacional. Caso a atual cotação prevaleça, ainda que o país consiga repetir um desempenho semelhante ao do ano passado, quando exportou 390 milhões de litros, o total arrecadado ficará em torno de 150 milhões de dólares.

Quanto às exportações de melaço, a situação mostra-se mais desalentadora. Com um preço vigente no mercado externo de US$ 60/tonelada, equivalendo a 50% da cotação média do ano passado, as exportações de melaço realizadas pelo Brasil no primeiro semestre foram praticamente nulas. Considerando-se as propícias condições climáticas para o pasto e a boa safra de beterraba na Europa, mantém-se uma expectativa desfavorável para o consumo de melaço no segundo semestre. Diante deste fato, o mais provável é que o mel residual não exportado seja convertido em álcool, o que significaria um acréscimo de aproximadamente 270 milhões de litros na produção nordestina para este ano.

Mercado Interno

O Plano da Safra 1981/82, divulgado no final de maio, previu uma produção de 8,2 milhões de toneladas de açúcar e 4,3 bilhões de litros de álcool. Para que este resultado fosse alcançado, seria necessário efetuar o corte de aproximadamente 160 milhões de toneladas de cana, o que exigiria um certo acréscimo da produtividade agrícola, na medida em que a área plantada deve sofrer apenas discreta elevação, em relação aos 2,6 milhões de hectares registrados na última safra.

No entanto, as recentes geadas que ocorreram no Centro-Sul do país e os efeitos da estiagem na região Nordeste alteraram sensivelmente as previsões para esta safra, exigindo uma reavaliação de seu plano inicial. Embora não existam ainda condições para uma estimativa de caráter definitivo, dos danos causados pelas geadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, o Instituto do Açúcar e do Álcool admite uma redução de 10 a 12% da produção de cana e de 550 mil toneladas sobre a meta de produção de açúcar para a safra 1981/82, nos três estados.

Em São Paulo, as geadas ocorreram quando 40% da safra já haviam sido processados, faltando 48 milhões de toneladas de cana para esmagar. Ainda que todas as regiões produtoras do estado tenham sofrido os efeitos da intempérie, estes se fizeram sentir diferenciadamente, ficando isentas de qualquer dano 13 milhões de toneladas do produto. Do total atingido, calcula-se ter havido uma perda física imediata de 3,5 milhões de toneladas, com um remanescente de 31,5 milhões de toneladas sujeitas a prejuízos no momento de sua transformação industrial, de acordo com o grau de avarias provocadas pelas geadas e o trato subseqüente que a cultura tenha recebido. Caso se confirme a previsão de que a produtividade do açúcar, produzido a partir

da cana afetada, ficará em torno de 90 kg/tonelada, o estado de São Paulo deverá obter, no final da safra, uma produção aproximada de 3,4 milhões de toneladas de açúcar, ou seja, 12% inferior à meta fixada. Em Minas Gerais, os maiores danos foram causados no Sul do estado, o que deverá provocar um decréscimo de 10% na produção de açúcar. No norte do Paraná, onde a geada foi bastante rigorosa, esperava-se inicialmente uma perda de até 15%, o que foi minorado em função de melhores condições climáticas que se seguiram. De maneira geral, um maior agravamento dos danos fica na dependência das condições climáticas que venham a prevalecer até o final da safra, pois, caso ocorram chuvas sobre o canavial atingido, será acelerado o processo de deterioriação da cultura.

As conseqüências sobre a produção de álcool, por sua vez, serão pequenas, tendo em vista que a geada provoca na cana um processo de inversão da sacarose em glicose, o que a torna imprópria para a produção de açúcar, mas aproveitável na produção de álcool. Por outro lado, as recentes medidas do IAA não indicam uma opção de sacrifício da meta fixada para a produção de álcool neste ano, como forma de garantir o abastecimento de açúcar para consumo doméstico. O fornecimento de açúcar para o mercado interno ficará assegurado, mediante a suspensão de novas exportações de açúcar demerara.

Entretanto, os mais graves prejuízos serão sentidos na próxima safra. Avalia-se que, no estado de São Paulo, a chamada *cana de ano e meio*, que havia sido plantada em janeiro de 1981, e que seria colhida em junho de 1982, foi completamente danificada, o que representa uma perda física de 20% na próxima safra. Além disso, a cana-de-açúcar que já havia sido cortada antes das geadas teve suas primeiras brotações mortas. Este fato significará um atraso na data de início do corte, bem como um decréscimo no rendimento da cultura no próximo ano. Outro efeito danoso para a safra 1982/83 será a escassez de mudas para o plantio, visto que estas foram quase que completamente destruídas pela queima de canas novas. Na falta de mudas, os produtores serão obrigados a utilizar as áreas desocupadas para o plantio de culturas alimentícias.

No restante da região Centro-Sul, a safra atual deverá transcorrer normalmente. No Rio de Janeiro, o IAA fixou uma meta de produção de açúcar 8% abaixo da estabelecida no ano anterior, em virtude das difíceis condições estruturais por que passa a agroindústria açucareira do estado. Para o álcool ficou determinado um objetivo de produção superior em 55% ao firmado em 1980. A performance da atual safra mostra-se favorável, em virtude dos intervalos regulares de chuva que ocorreram no período de plantio. Sem que tenha havido um aumento expressivo da área plantada, o estado deverá cumprir suas metas de produção de 483 mil toneladas de açúcar e de 140 milhões de litros de álcool. Para a safra vindoura, porém, deverá ser sentido novamente o efeito da estiagem que perdura desde o mês de maio na região.

A safra do Nordeste, que tem seu início em setembro, apresenta indícios de frustrações das metas estabelecidas pelo IAA, principalmente nas áreas mais castigadas pela seca. O estado de Pernambuco, que deveria ser responsável por 45% da produção de açúcar e 31% da produção de álcool na região, pode sofrer um decréscimo entre 5% e 10% do total de cana moída para o atual ano-safra. A Zona da Mata-Norte está sujeita às maiores perdas, devido à ausência de chuvas nos dois últimos meses, o que prejudica o desenvolvimento da cultura. A Zona da Mata-Sul provavelmente manterá o mesmo nível de produção do ano anterior. As conseqüências da estiagem poderão ainda ser atenuadas, caso o próximo verão seja mais úmido. Em Alagoas, estado responsável por 40% da produção de açúcar e 44% da produção de álcool na região, é provável que os resultados previstos sejam alcançados, desde que nos próximos dois meses (setembro e outubro) o clima apresente-se úmido.

A lavoura canavieira do Nordeste ainda continuará apresentando baixos níveis de produtividade. Para esta safra, os resultados do rendimento agrícola poderão agravar-se, diante da pequena utilização de fertilizantes por parte dos produtores, durante o período de plantio, ocasionado pelo elevado custo destes insumos. A indústria do açúcar também permanecerá sofrendo de uma pronunciada capacidade ociosa, podendo repetir-se os mesmos acontecimentos do ano anterior, quando a moagem foi suspensa, antes do término oficial da safra, por falta de matéria-prima. O aumento da área plantada, previsível para o Norte-Nordeste,

deverá ocorrer em novos estados produtores, como o Maranhão e a Bahia, que vêm implantando projetos vinculados ao Programa do Álcool. Nos estados de Alagoas e Pernambuco, as áreas aptas e disponíveis mostram-se escassas, devendo, nesta safra, ocorrer uma expansão bastante restrita. Esta limitação torna-se maior, na medida em que os recursos provenientes do crédito de investimento têm sido insuficientes para a realização de novos plantios.

As geadas no Centro-Sul e as secas no Nordeste constituem-se nos mais recentes desafios para a agroindústria açucareira do país, já envolvida com problemas anteriores de difícil superação. No caso das áreas atingidas pelas geadas, os prejuízos advém não somente das perdas físicas na produção, como também dos custos decorrentes de acréscimo de serviços nas lavouras afetadas. Estes novos ônus para os produtores serão provenientes da necessidade de tratamento das canas plantadas neste ano com adubação, aplicação de herbicidas para destruir o mato emergente, e em alguns casos, corte, enleivamento e cultivo de novas plantas. Deve-se ainda considerar a necessidade de uma maior agilização do corte, para evitar o risco de incêndio nos canaviais. Os gastos adicionais oriundos destes serviços fizeram com que o setor reivindicasse um reajuste de 62% no preço da cana, além da antecipação da data de vigência do novo preço para 1º de setembro. O pedido de majoração do preço da cana foi igualmente assumido pelos fornecedores nordestinos que acusam um considerável incremento em diversos itens que compõem a estrutura de custo de produção de seu produto. Segundo estes fornecedores, desde o reajuste de maio passado, os custos de fertilizantes, equipamentos, maquinaria e mão-de-obra tiveram um crescimento bastante elevado, deixando o preço atual da cana em um nível incompatível para com a remuneração do esforço produtivo. Acrescente-se, ainda, a alta da taxa de juros do crédito para custeio, agora fixada em 45%, o que contribuiu para aumentar os encargos financeiros do setor. Finalmente, com relação ao crédito de investimento, sua oferta é apontada como insuficiente para as necessidades de renovação dos canaviais e para a aquisição de máquinas agrícolas.

Um outro problema que afeta mais especificamente a lavoura nordestina é a crescente evasão de mão-de-obra jovem da atividade do corte de cana. Em Pernambuco, onde a topografia não permite a substituição adequada de mão-de-obra por equipamentos mecanizados, a questão torna-se relevante.

A indústria do açúcar, por sua vez, também reclama de sua descapitalização. A medida do Conselho Monerátio Nacional, que reduziu os percentuais de financiamento da ***warrantagem*** (estoques de açúcar e álcool pelas próprias usinas) para 70% no Norte-Nordeste e 50% no Centro-Sul vem sendo considerada como uma nova sobrecarga a pesar sobre o setor industrial.

Álcool

O reconhecimento, por parte de autoridades governamentais, da impossibilidade de cumprimento da meta de produção de 10,7 bilhões de litros de álcool na safra 1985/86, é conseqüência de um conjunto de dificuldades que o Programa Nacional do Álcool vinha atravessando nos últimos meses. Assim sendo, o adiamento daquela meta não significa uma nova direção na política energética e, sim, seu enquadramento em uma base mais realista, que considera as atuais dificuldades orçamentárias do país, bem como os problemas específicos com que se defronta o Programa do Álcool.

Com 389 projetos aprovados que, uma vez implantados, garantem uma produção de 9,1 bilhões de litros, o Proálcool encerrou o primeiro semestre deste ano diante da expectativa de uma série de questões ainda por definir. A primeira delas diz respeito à capacidade de funcionamento pleno das destilarias. Isto porque, com a expansão do Programa, a oferta de matéria-prima passou a ser insuficiente para as exigências das novas destilarias. Para superar este problema, fazia-se necessário o plantio de viveiros para a reprodução de novos canaviais, o que representaria uma demora de alguns anos para que se obtivesse o completo fornecimento da matéria-prima exigida. Desta forma, projetos aprovados até 1982 não conseguiriam funcionar a plena capacidade, até 1985. Este fato, portanto, já indicava a dificuldade de realização da meta de 10,7 bilhões de litros na safra 1985/86.

Entretanto, os problemas enfrentados pelo Proálcool não se esgotam na questão da capacidade

ociosa dos projetos industriais já implantados. Pode-se afirmar que o Programa sofre, no momento, grave crise de confiança, tanto por parte dos consumidores, quando dos produtores de álcool. Para que se possa compreender os motivos que provocaram esta crise, deve-se observar a trajetória mais recente do Proálcool.

No ano passado, o mercado consumidor do álcool para finalidades energéticas sofreu forte expansão, tomado que foi por verdadeiro estado de euforia, perante os estímulos econômicos oferecidos aos usuários de veículos movidos a álcool. Em meados deste ano, com a demanda ainda super-aquecida, surgiram notícias que mencionavam a possibilidade de escassez do produto, nos postos de abastecimento. Esta ameaça, embora não se tenha concretizado, causou profundo abalo na confiança de futuros consumidores deste produto energético. Por outro lado, a exigência de utilização nos automóveis a álcool de um selo especial para evitar fraudes nos postos de serviço e os reajustes no preço deste combustível, reduzindo a diferença em relação ao preço da gasolina, diminuíram a atratividade daquele energético.

O maior impacto, porém, ficou por conta do desempenho dos automóveis a álcool, cujo rendimento mostrou-se abaixo das normas técnicas estabelecidas. O resultado deste conjunto de fatores, combinado com as atuais dificuldades econômicas experimentadas pelos consumidores de bens duráveis, motivou uma queda na taxa de crescimento do consumo de álcool carburante no país, assim como reduziu drasticamente a procura de automóveis movidos por este combustível.

Os produtores de álcool, por sua vez, reclamam de indefinições que perduram na implementação do Programa. Um exemplo disto foi a suspensão da contratação de novos projetos em agentes financeiros, no início de junho último, ocasionada pela superação do orçamento do programa para este ano. Embora as contratações tenham sido reabertas em agosto, a liberação dos recursos sairá apenas para o próximo ano. Por outro lado, as decisões do Conselho Monetário Nacional, em dezembro do ano passado e janeiro deste ano, que aumentaram o custo financeiro dos projetos, repercutiram sobre os empresários interessados no Programa, que passaram a ter um maior cuidado para com os investimentos que pretendiam realizar. Por fim, um terceiro motivo de insatisfação para os produtores de álcool é o atual preço estabelecido para o produto, o que tem levado à sugestão de uma relação de paridade com o açúcar, mais favorável para o álcool.

A análise dos problemas por que passa o Programa Nacional do Álcool exige que ainda se apontem alguns fatores capazes de explicar a condução da atual política energética.

Em primeiro lugar, deve ser considerado o fato de que os preços do petróleo importado vêm alcançando, em 1981, relativa estabilidade. Devido a isto, não se registra a necessidade imediata de qualquer aceleração em programas alternativos de energia.

Em segundo lugar, o Proálcool não tem como escapar das restrições orçamentárias impostas pela atual situação econômica do país. Afora os vultosos financiamentos exigidos para a implantação agrícola e industrial do Programa, é importante lembrar que o custo atual de produção de gasolina mostra-se ainda inferior ao preço de aquisição do álcool, por parte do governo.

Por último, deve-se considerar o fato de que o álcool limita-se à substituição da gasolina. Neste sentido, os atrasos em programas alternativos para o óleo diesel e para o óleo combustível impedem a redução das importações de petróleo, objetivo no qual o Proálcool encontra sua razão de ser.